

'Eu vivo é no rio': cartografando a resistência da pesca artesanal nos alagados do Itabapoana (ES/RJ)

'I live in the river': mapping the resistance of artisanal fishing in the wetlands of the Itabapoana River (ES/RJ)

EDNILSON GOMES DE SOUZA JUNIOR

ANDERSON FONTES DA SILVA

LORRANA LOPES DINIZ

ISABELLA PACHECO NARDE

ANTÔNIO PAULO PIMENTEL DA FRANÇA

CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO DE FREITAS¹

RESUMO:

O artigo analisa a resistência de comunidades de pescadores artesanais diante das múltiplas pressões socioambientais na foz do rio Itabapoana (ES/RJ), por meio da cartografia social como metodologia central, associada à pesquisa-intervenção e à observação participante. A investigação evidencia como a pesca artesanal, transmitida geracionalmente, constitui, para além de uma atividade econômica, um elemento estruturante da identidade cultural e dos modos de vida locais. Entretanto, a região tem sido marcada por sucessivas intervenções e empreendimentos, como obras de drenagem e retificação, a construção de pequenas centrais hidrelétricas e o planejamento de grandes complexos portuários e energéticos, cujos efeitos se sobrepõem e configuram impactos cumulativos sobre o território. Esses processos resultaram na redução da disponibilidade de pescado, na perda de áreas de reprodução de espécies e na precarização dos meios de subsistência, intensificando a vulnerabilidade socioeconômica e os conflitos territoriais.

Palavras-chave: Pesca Artesanal; Lagoa Feia do Itabapoana; Cartografia Social; ONG REDI.

¹ Os autores agradecem ao Fundo Casa Socioambiental pelo financiamento do projeto “Cartografia social da pesca artesanal da foz do Rio Itabapoana”, por meio da chamada “Fortalecendo Comunidades para Conservação e Revitalização da Mata Atlântica e Resiliência Climática” (2023). O primeiro autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pela concessão de bolsa via Edital Faperj N° 22/2024 – Programa de Apoio ao Jovem Pesquisador Fluminense.

ABSTRACT:

The article analyzes the resistance of artisanal fishing communities facing multiple socio-environmental pressures at the mouth of the Itabapoana River (ES/RJ), employing social cartography as the central methodology, combined with participatory research and participant observation. The study highlights how artisanal fishing, transmitted across generations, represents not only an economic activity but also a structuring element of cultural identity and local ways of life. However, the region has been shaped by successive interventions and projects, such as drainage and river straightening works, the construction of small hydropower plants, and the planning of large port and energy complexes, whose overlapping effects generate cumulative impacts on the territory. These processes have led to reduced fish availability, the loss of spawning and feeding areas for species, and the precarization of livelihoods, thereby intensifying socioeconomic vulnerability and territorial conflicts.

Key words: Artisanal Fishing; Lagoa Feia do Itabapoana; Social Cartography; REDI NGO.

INTRODUÇÃO

Contando com mais de 8.500 km de litoral e extensas bacias hidrográficas, o Brasil possui um território propício à atividade pesqueira, que desempenha um importante papel na subsistência e atividade econômica de mais de 1 milhão de pescadores (MPA, 2024). A pesca artesanal, em especial, representa uma importante atividade de manutenção de saberes, práticas e identidades culturais, ao mesmo tempo em que contribui significativamente para o abastecimento alimentar e a geração de renda em territórios muitas vezes marcados por vulnerabilidades socioeconômicas (MPA, 2023; 2024).

Apesar da importância, dados da organização internacional Oceana, a maior organização da sociedade civil focada exclusivamente na conservação dos oceanos, apontam que a gestão pesqueira brasileira é “mal administrada, com regramentos defasados, com uma desconectada visão de longo prazo”, sendo “incapaz de demonstrar sua importância econômica por meio de dados concretos, como volumes de produção, receitas e empregos gerados” (Oceana, 2024, p. 14). A organização afirma que, ao contrário do setor agropecuário, cujos números e incentivos governamentais demonstram sua relevância socioeconômica para o país, a pesca vem sofrendo com a falta de dados oficiais, desestruturação de estatísticas e programas estruturantes, instabilidade institucional na administração pesqueira e cortes orçamentários (Oceana, 2024). Além da falta de políticas públicas que subsidiem o setor, os pescadores enfrentam desafios como a sobreposição de usos do território causados por outras atividades — como a exploração de petróleo e a operação de complexos portuários —, a degradação ambiental e as mudanças climáticas,

fatores que ameaçam a sustentabilidade dos estoques pesqueiros e a permanência das comunidades em seus territórios tradicionais (Fiocruz, 2025). Historicamente, a trajetória das comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil é marcada por um processo contínuo de desapropriação e pressão sobre seus territórios por interesses do capital, intensificado pela escalada da violência e pela ausência ou omissão do Estado. Essa combinação de fatores provoca desterritorialização, degradação ambiental, comprometimento dos meios de subsistência, criminalização de lideranças e movimentos, além de ameaças, perseguições e assassinatos, configurando um cenário de múltiplas violências e sistemáticas violações de direitos (CPP, 2025).

No campo das dinâmicas de poder envolvidas nesses conflitos, se de um lado estão as comunidades pesqueiras impactadas e do outro as empresas interessadas na apropriação e uso das águas sob uma lógica de produção de valor típica do capital, não se pode desconsiderar a atuação do Estado ao qual pertence o “poder-dever de guarda e gestão” das águas e pelo qual necessariamente passa toda concessão para uso e exploração (Silva, 2025). Em se tratando das barragens hidrelétricas, por exemplo, Zapeline (2015) reforça o argumento de que, nesse cenário, tem prevalecido a lógica de afastamento do Estado de qualquer intervenção direta na construção dos empreendimentos, limitando seu papel à correção das distorções (impostos, regulamentações e subsídios), criação de princípios, projetos e instrumentos para garantia dos direitos individuais.

Segundo dados do Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP), divulgados na terceira edição do Relatório de Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil (2024), há registros de conflitos envolvendo aproximadamente 450 comunidades pesqueiras distribuídas em 16 estados brasileiros. O documento aponta o setor privado como principal agente causador desses conflitos, com destaque para atividades ligadas ao turismo, construção de barragens, portos, exploração de petróleo, mineração, agronegócio e especulação imobiliária (CPP, 2025), sem deixar de destacar os efeitos danosos da ausência e/ou omissão do Estado na garantia dos direitos das comunidades impactadas.

Assim como o Relatório do CPP, existem outras maneiras de dar visibilidade a esses conflitos. No Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, desenvolvido pela Fiocruz, por exemplo, existem 116 conflitos cadastrados envolvendo a pesca artesanal. Tais registros refletem situações recorrentes de violação de direitos e de degradação ambiental. Entre os principais fatores de pressão estão a poluição industrial e urbana, a

expansão portuária e petrolífera, os empreendimentos hidrelétricos, a carcinicultura e o turismo predatório, que afetam diretamente os territórios pesqueiros e a subsistência das comunidades. Para além dos impactos ecológicos, esses conflitos revelam disputas pelo uso do espaço, invisibilização política dos pescadores e comprometimento de modos de vida tradicionais, evidenciando a intersecção entre injustiça ambiental e desigualdade social (Fiocruz, 2025).

Outra metodologia bastante utilizada, mas com caráter participativo e de engajamento político local, é a cartografia social. Caracterizada como a “apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão” (Acseirad; Viégas, 2013, p. 17), essa metodologia contribui positivamente para a ação política das comunidades, possibilitando dar visibilidade aos grupos sociais, seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direitos; favorecer a ampliação do conhecimento dessas comunidades sobre seus próprios territórios, suas histórias e os usos que fazem dos recursos naturais; contribuir para processos de reivindicação, defesa e proteção territorial e ambiental; dialogar com governantes e acessar políticas públicas; fortalecer as formas de organização comunitária; e ampliar as possibilidades de diálogo entre os povos (Acseirad; Viégas, 2013; OTSS, 2023).

Segundo Souto (2021), a cartografia social é uma área que tem crescido no Brasil nos últimos anos, devido à possibilidade de subsidiar, por meio dos mapas, a resolução de conflitos socioambientais. Em certas situações, os grupos em disputa possuem níveis diferenciados de poder econômico e/ou influência política, reforçando a importância da adoção de metodologias que empoderem os grupos mais vulneráveis no processo, como no caso da cartografia. A autora complementa que, neste processo, as memórias e experiências de vida dos participantes são inscritas nos mapas, que podem variar desde ser esboços em papel branco até representações em mapas mais sofisticados, utilizando imagens de satélite.

Em Florianópolis (SC), uma cartografia social realizada junto à comunidade do Campeche denunciou diversas situações de injustiça envolvendo os pescadores artesanais, incluindo a pesca industrial e predatória, especulação imobiliária, ausência de ordenamento do turismo e da prática de surf, lançamento de esgoto e falta de apoio governamental (Instituto Campeche, 2021). Relatos semelhantes foram coletados na cartografia social realizada em territórios indígenas, quilombolas e caiçaras de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP), sob a coordenação do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais e

Fiocruz. O projeto, que é uma compensação do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, para a produção de petróleo e gás pela Petrobras na Bacia de Santos, registrou conflitos envolvendo especulação fundiária, com a presença de grileiros e veranistas, construção de resorts e condomínios de luxo, sobreposição de áreas de pesca com Unidades de Conservação e atividade de exploração de petróleo e gás (OTSS, 2023).

Outra experiência positiva de utilização desta metodologia faz parte do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, que possui uma série dedicada a pescadores e pescadoras artesanais do rio São Francisco (Almeida; Marin, 2009). Publicado em quatro volumes, o material denuncia diversas situações que impactam a pesca na região, tais como uso de agrotóxicos e contaminação de rios e açudes, piscicultura, transposição, construção de barragens, que reduziram drasticamente a vazão do rio, regularização fundiária e controle privado de acesso às áreas da foz do rio São Francisco.

A breve contextualização acima está diretamente relacionada com a situação vivenciada na foz do rio Itabapoana, localizada na divisa dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Nessa região, obras de retificação e dragagem de um trecho dos alagados do rio Itabapoana; a construção de cinco barragens para fins hidrelétricos a montante do trecho citado, estando uma delas — a PCH Pedra do Garrafão —, nas proximidades da foz; e o planejamento de construção de dois grandes complexos portuários, uma ferrovia e um parque eólico offshore colocam em risco a subsistência e renda de diversas comunidades de pescadores artesanais. Assim, este artigo tem como objetivo analisar a história de luta e resistência de pescadores artesanais, partindo de uma cartografia social realizada na comunidade de Lagoa Feia do Itabapoana, localizada no município de São Francisco de Itabapoana (RJ).

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e participativa, fundamentada na metodologia da pesquisa-intervenção, que busca articular a produção de conhecimento com processos de transformação social. Tal perspectiva pressupõe a participação ativa dos sujeitos envolvidos, reconhecendo seus saberes e experiências como elementos centrais para a construção coletiva de análises e estratégias de ação (Kastrup; Passos, 2013). Essa escolha metodológica permite compreender os conflitos socioambientais a partir da vivência concreta dos pescadores artesanais, valorizando seus modos de vida, suas práticas

de resistência e as formas de organização coletiva que emergem diante das pressões e das transformações socioambientais em seus territórios. Nesse contexto de disputas, as intervenções são engendradas pela própria comunidade, cabendo ao pesquisador e às pesquisadoras integrar as cartografias da luta delineadas pelo movimento de resistência (Félix-Silva *et al.*, 2020).

A cartografia, articulada à pesquisa-intervenção, configura-se não apenas como a adoção de um método, mas como um movimento de acompanhamento dos processos de produção territorial e existencial dos pescadores. Cartografar, nesse sentido, implica acompanhar e registrar dinâmicas sociais em curso, reconhecendo que o ato de pesquisar também gera efeitos nas relações estabelecidas com os sujeitos e comunidades envolvidos. Assim, a investigação não se limita à descrição, mas produz planos de experimentação e transformação (Pocahy *et al.*, 2020).

Na elaboração de mapas, de acordo com Acselrad e Viégas (2013), o reconhecimento dos saberes tradicionais nem sempre é imediato, sendo no diálogo de saberes que o conhecimento local encontra espaço para se manifestar. Os autores sugerem que a interação entre sujeitos com formação técnica e aqueles detentores de saberes tradicionais exige reflexão crítica dos pesquisadores envolvidos no processo cartográfico, a fim de promover a integração entre diferentes formas de conhecimento e evitar tanto a imposição de um sobre o outro quanto sua exclusão mútua. Isso demanda que os agentes técnicos construam, em conjunto com as comunidades, as estratégias que orientarão o processo cartográfico.

As informações obtidas com a realização da oficina de cartografia social foram complementadas com observação participante, uma prática que, segundo Valladares (2007), requer tempo de inserção no campo, interação com os membros do grupo e atenção às relações sociais e hierarquias locais. A autora orienta que o pesquisador deve constantemente reconhecer o seu papel de observador externo, recorrendo a informantes-chave para facilitar o acesso e a interpretação das informações. A coleta de dados combina observação direta, registros sistemáticos em diário de campo e sensibilidade para identificar o momento adequado de formular perguntas, tratando erros, recusas e silêncios como elementos significativos para a compreensão do contexto. Assim, conclui que a presença contínua e a rotina disciplinada no campo são fundamentais para gerar confiança e garantir a consistência e a profundidade das informações obtidas.

Os autores possuem uma profunda vivência no território junto às comunidades impactadas há, pelo menos, três anos. Nesse período, acompanharam diversas reuniões e

audiências públicas, realizaram visitas de campo, estreitando laços com os pescadores e pequenos agricultores, e participaram de festividades, como a celebração da Festa de Nossa Senhora das Neves, tradicional festa religiosa do município de Presidente Kennedy (ES). Ainda, foram analisadas as entrevistas realizadas pela REDI durante a gravação do documentário “Antes que o Porto venha” (ONG REDI, 2024a). A produção conversou com moradores de diversas localidades do trecho final do Itabapoana, revelando um cenário de conflito envolvendo a pesca artesanal e a instalação do Porto Central.

Por fim, cabe destacar a pesquisa documental, com foco em documentos históricos, relatórios técnicos, estudos de impacto ambiental e outros documentos produzidos no âmbito do licenciamento ambiental dos empreendimentos em operação e planejados, e o levantamento bibliográfico sobre pesquisas já desenvolvidas na região, incluindo publicações em livros, artigos, dissertações e teses.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

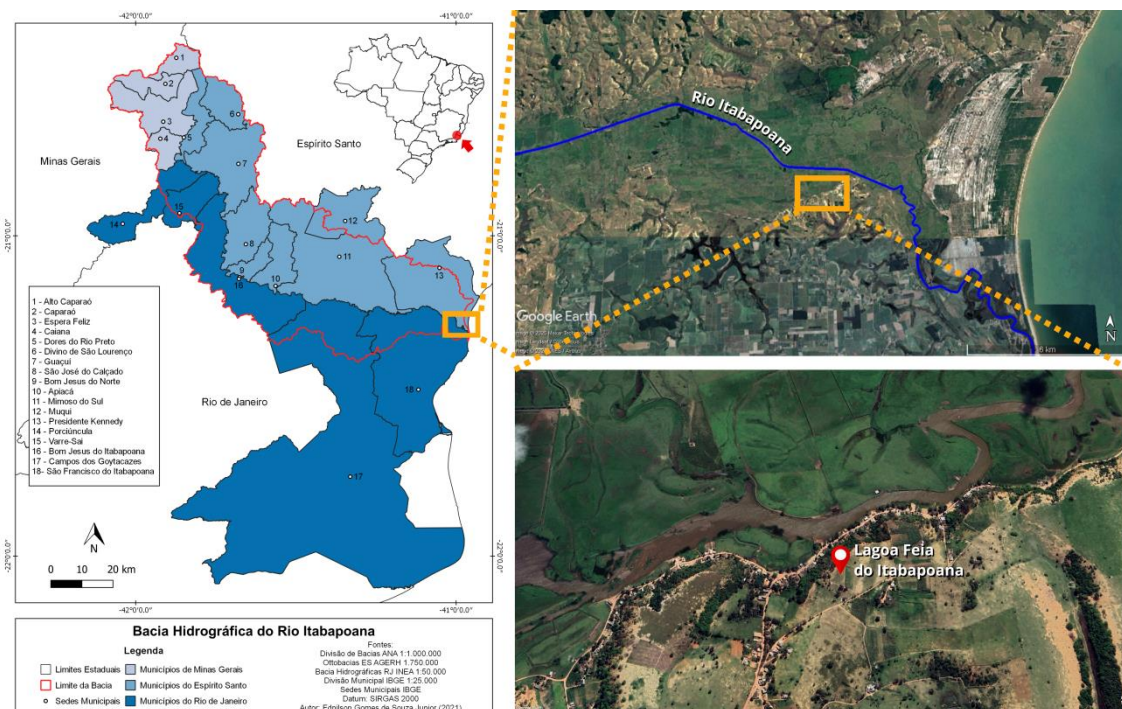
A área de estudo localiza-se na porção inferior da bacia hidrográfica do rio Itabapoana, que compreende 18 municípios, sendo quatro em Minas Gerais, nove no Espírito Santo e cinco no Rio de Janeiro. Suas principais nascentes se encontram no entorno do Parque Nacional do Caparaó, com destaque para os rios Caparaó, São João e Preto. Da confluência destes, nasce o Itabapoana, curso d'água com aproximadamente 264 km de extensão e que conforma a divisa natural entre os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, desaguardo no oceano entre os municípios costeiros de Presidente Kennedy (ES) e São Francisco de Itabapoana (RJ) (Souza Jr., 2021).

Nessa região, a pesca artesanal constitui a principal fonte de renda para um número significativo de famílias, mas a atividade vem apresentando declínio em função da baixa disponibilidade de pescado, especialmente no rio Itabapoana, o que tem levado muitas dessas famílias a situações de vulnerabilidade socioeconômica (Fiperj, 2023) e à dependência de programas governamentais para complementação da renda (Incaper, 2020).

Diversas comunidades de pescadores podem ser encontradas na região, seja às margens de rios ou na zona costeira. Na porção capixaba, destacam-se as comunidades de Bela Vista, Campinas, Jaqueira e Marobá, enquanto no lado fluminense se situam Lagoa Feia do Itabapoana, Santo Amaro, São Paulinho, Máquina e Barra do Itabapoana. Embora existam pescadores que desempenham seu ofício exclusivamente no rio ou no mar, existem também os que transitam entre os diferentes ecossistemas. Neste trabalho, apesar de a

discussão abranger, de maneira ampla, toda a foz do Itabapoana, a cartografia foi realizada na comunidade de Lagoa Feia do Itabapoana, em São Francisco de Itabapoana (Figura 1), localizada às margens dos alagados do Itabapoana, também conhecidos como “Lagoa Feia”.

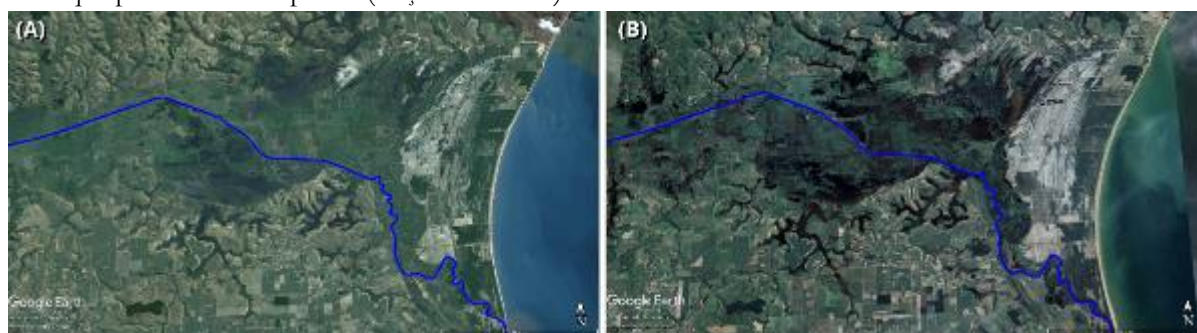
Figura 1 – Localização de Lagoa Feia do Itabapoana



Fonte: Adaptado de Souza Jr. (2021)

Apesar do nome, a Lagoa Feia não é uma lagoa, mas “uma extensa área de várzea permanentemente alagada, oscilando sua lâmina d’água com o regime hídrico do rio Itabapoana” que, em seu trecho final, se apresenta “acentuadamente sinuoso e embrejado” (Soffiati, 2004, p. 74 e 75). Nas imagens abaixo (Figura 2), obtidas no Google Earth Pro, utilizando a função “imagens históricas”, é possível observar a região dos alagados em um período de estiagem (A) e no período chuvoso (B).

Figura 2 – Comparação dos alagados do Itabapoana em período seco e chuvoso, com destaque para o rio Itabapoana (traçado em azul).



Fonte: Elaborado pelos autores, com imagens do Google Earth Pro

No minucioso resgate histórico realizado por Soffiati (2018), a beleza da região foi descrita por naturalistas, que se impressionaram com a escura e imponente mata virgem e com a grande diversidade de espécies de animais, como lontras e macacos. No entanto, para atender às demandas da economia extrativista e da agropecuária estabelecidas a partir do século XVIII, grande parte da vegetação foi suprimida, afetando também os limnossistemas que compõem a bacia do rio Itabapoana. Nas últimas décadas, conforme será descrito no próximo item, a região foi impactada pela chegada de grandes obras e empreendimentos de infraestrutura.

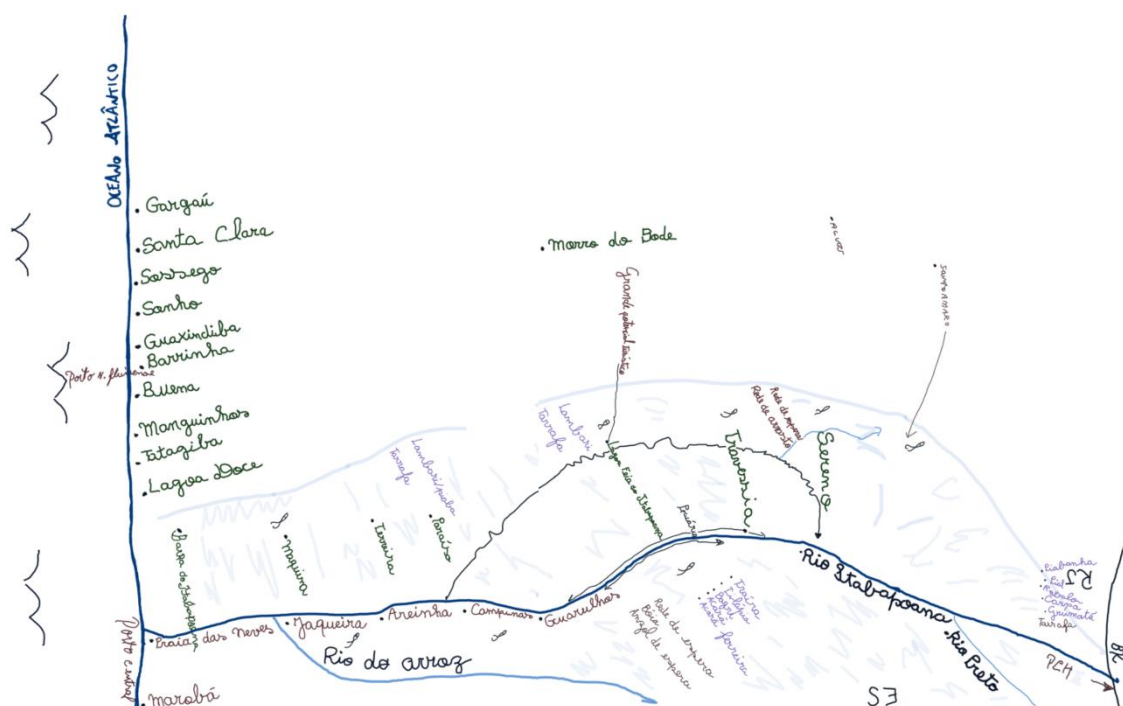
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cartografia social conduzida pela REDI² foi realizada na sede da Associação de Moradores e Pequenos Assentados na Fazenda Tipity, espaço que atua como ponto de encontro e reunião de moradores da localidade, possuindo uma boa estrutura para esse tipo de atividade. Previamente à oficina, diversas saídas de campo foram realizadas, com o intuito de apresentar a proposta e convidar os pescadores, buscando-se a participação ativa desses atores locais, inclusive na definição de como a atividade seria conduzida.

No dia do evento, a oficina teve início com uma roda de diálogo, na qual a proposta foi novamente apresentada e os participantes começaram a se apropriar da metodologia. O grupo optou por não utilizar o mapa com imagem de satélite impresso, preferindo construir seu próprio mapa em uma folha em branco e utilizando a imagem de satélite apenas como apoio (Figura 3). Uma imagem de satélite projetada, com apoio de um notebook e projetor, também foi utilizada, possibilitando a aproximação visual e o percurso pelo território de maneira mais dinâmica.

² A cartografia foi publicada em formato impresso e digital, podendo ser acessada em <https://www.reditabapoana.org/about-6>.

Figura 3 – Pescadores construindo a cartografia social e mapa digitalizado



Fonte: Acervo da ONG REDI (2024b)

Durante o processo, a equipe conduziu o diálogo com algumas perguntas norteadoras estruturadas nos seguintes tópicos: história de vida na comunidade;

conhecimentos práticos sobre a pesca; impactos e conflitos na região e cenários futuros. Os resultados apresentados a seguir seguirão esta mesma lógica.

Como parte da história de vida na comunidade, ficou evidente que uma das principais características da pesca artesanal é a transmissão geracional, configurando-se como um ofício tradicional e familiar. Essa dimensão pôde ser constatada tanto na cartografia quanto nas entrevistas realizadas, como ilustra o relato de A. V., (70 anos): “Meu avô era pescador, meu pai de criação pescava, comecei indo com eles dos sete aos oito anos, fui aprendendo, depois comecei a pescar com outras pessoas e fui desenvolvendo na pesca”. No mesmo sentido, N. G., (45 anos) afirma: “Desde sete anos envolvida com a pesca, aprendi com meus tios, sou nascida e criada em Barra, nasci em casa, quando minha família morava na beira rio”.

Por outro lado, alguns depoimentos revelam que, mesmo não nascendo em uma família de pescadores, é possível aprender e viver desse ofício. É o caso de P. C., (87 anos), que pesca desde os 22 e relata: “Na época que me casei era muito ruim de emprego. Meu sogro me convidou para tentar a vida com a pesca. Eu fui sem saber andar de barco porque eu tinha que sustentar a minha filha e esposa. A pesca foi importante para eu conseguir minha fonte de renda”. Da mesma forma, A. P, (70 anos) foi o primeiro de sua família a se tornar pescador profissional, ofício aprendido com outros pescadores e amigos.

Os alagados do Itabapoana configuram-se, também, como espaços de reprodução social das comunidades pesqueiras, onde se consolidaram vínculos familiares estreitamente ligados ao ofício da pesca artesanal. W. G. (65 anos) e E. C. (66 anos), casados há 46 anos, nasceram e cresceram em margens opostas do Itabapoana, ele no lado fluminense e ela no capixaba, ambos tendo aprendido a pescar com seus respectivos pais e incorporado a atividade, inicialmente como forma de subsistência e, posteriormente como principal fonte de renda. De modo semelhante, o casal A. A. (61 anos) e D. C. (56 anos), reforça a centralidade da pesca na estruturação da vida familiar e comunitária. A. A. afirma: “Nós sobrevivemos da pesca, e minhas três irmãs também sobreviveram da pesca. No total somos 11 irmãos”.

Apesar do caráter familiar, os participantes relataram que a nova geração não demonstra interesse em dar continuidade ao ofício, preferindo dedicar-se a outras atividades. Essas percepções convergem com os resultados de uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro junto a 207 pescadores de São Francisco de Itabapoana. Quando questionados se desejariam que seus filhos trabalhassem

na pesca, a maioria respondeu negativamente (94,7%), justificando, principalmente, que a atividade é perigosa, sofrida e exige longos períodos de afastamento da família (Fiperj, 2020).

Para além da dimensão econômica, a cartografia revelou um território pesqueiro permeado por profundos sentimentos de pertencimento. A beleza singular do ecossistema, no encontro entre o rio e o mar, transcende a mera atividade laboral para constituir a própria identidade local. Essa conexão com a natureza é enfatizada na fala de N.L. (58 anos), para quem as águas são a verdadeira morada: “Eu vivo é no rio, em casa eu passeio”. De modo semelhante, a pesca é indissociável da própria existência, como reforça A.A. (61 anos): “Sempre morei aqui, e minha vida sempre foi a pescaria”. Tais relatos evidenciam que os conflitos socioambientais na região não desestruturaram apenas a base material de sustento, mas ameaçam a cultura dessa comunidade.

Na atividade da cartografia, os participantes mapearam as diversas comunidades de pescadores da região, sejam elas de pesca marítima ou ribeirinha, enfatizando que, em muitos casos, é comum o trânsito dos pescadores entre os diferentes ecossistemas. T tamanha vivência no território reflete-se no conhecimento aprofundado dos pontos de pesca nos alagados e principais rios e córregos da região. Nos relatos, os participantes apontaram as melhores áreas para pescar, enfatizando que cada uma possuía características próprias. “No Rio Itabapoana o melhor lugar pra pescar é Jacaré, Barreirinha, Gabiroba, lugares variados porque o peixe também vai mudando de lugar”, destaca A. P.

Dominar o ofício da pesca demanda também conhecimento sobre quais equipamentos utilizar (Figura 4). De acordo com os relatos, esse aprendizado também é transmitido pela família. N. G. (45 anos) relembra que aprendeu a pescar com seu tio, que também a ensinou a fazer e remendar gaiolas. Já A. P. (70 anos) descreve que pesca com “rede em primeiro lugar, usa pouca tarrafa porque é muito cansativo e na rede dá mais peixe. Pesca lagosta também com gaiola e camarão dependendo da temporada, então a técnica de pescar muda ao longo do tempo”.

Figura 4 – Artefatos utilizados na pesca



Fonte: Acervo da ONG REDI (2024).

Apesar da existência de técnicas comuns e já estabelecidas ao longo do tempo, cabe destacar que as mudanças no ambiente exigem adaptação por parte dos pescadores, como foi o caso da introdução de uma espécie exótica na região. A. V. (70 anos) relata que “o bagre africano tem mais de 20 anos. Lembro quando minha mulher *tava* ganhando o menino e eu fui pescar bagre, hoje ele tá com 23 anos”, fato que impôs o aprendizado de novas técnicas de pesca. “Antes a gente pescava com garrafa ou rede e agora mudou por causa do bagre, que a gente cerca eles”, afirma o pescador. As técnicas também mudam conforme surgimento de novos materiais, como relatado por C. O.: “o material da rede de antes eram menos resistentes. Depois começamos a usar o *nylon* para a rede, que é mais resistente. Hoje é um material feito com um tipo plástico. Eu pesco com rede, tarrafa, anzol e todos os outros tipos”

O impacto da chegada do bagre africano ao Itabapoana soma-se a outros problemas que, segundo relatos, contribuíram para a degradação do ecossistema e redução do pescado. No diálogo sobre as atividades que impactaram negativamente a pesca na região dos alagados, os pescadores identificaram dois momentos distintos: a retificação de um trecho do rio Itabapoana (com a drenagem das águas que formavam os alagados) e a construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pedra do Garrafão, a montante da comunidade. P. C. lamenta que “a lagoa acabou por causa das dragagens. Acabou o

berçário dos peixes, por isso não tem mais criador. A hidrelétrica também acabou com tudo”.

No âmbito dos impactos, o primeiro aspecto mencionado pelos participantes refere-se às intervenções realizadas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), autarquia federal extinta em 1989, mas que entre as décadas de 1940 e 1980 atuou de forma intensiva no estado do Rio de Janeiro. De modo geral, o DNOS executava obras de drenagem das áreas alagadiças, visando secar pastagens periodicamente inundadas, retificar cursos fluviais e implantar redes de canais destinadas a disciplinar o regime das águas. Tais intervenções buscavam não apenas domesticar e controlar o meio natural, conforme a perspectiva de gestores e engenheiros do órgão, mas também viabilizar o desenvolvimento regional, ao liberar terras para atividades econômicas até então inviabilizadas pela condição de encharcamento. Além disso, tais obras tinham a expectativa de reduzir a incidência de doenças tropicais, uma vez que a redução das áreas úmidas restringiria as condições de reprodução de mosquitos, seus principais vetores (Soffiati, 2004; Borges, 2008; Lima, 2021). Segundo o órgão, a pesca tradicional era associada ao atraso e à pobreza, enquanto a introdução da agropecuária seria portadora de benefícios, inclusive para a população pesqueira, que passaria a dispor de alternativas consideradas mais vantajosas (Borges, 2008).

Especificamente em Lagoa Feia do Itabapoana, datam das décadas de 1960 e 1970 as primeiras intervenções do DNOS, com destaque para as obras para retificação de um trecho do rio Itabapoana e a construção de canais para drenagem dos alagados — incluindo o Canal de Todos os Santos, que rasgou Lagoa Feia e se tornou um afluente do Itabapoana, drenando para ele as águas dos alagados (Soffiati, 2004; Borges, 2008). Além do Canal de Todos os Santos, foram construídos outros canais menores, como o Canal de Deserto Feliz, na margem fluminense, e o Canal do Criador, na margem capixaba, e diques para conter o transbordamento e alagamento das áreas drenadas. Como resultado, a vasta região dos alagados deu lugar a “pastagens, cercas divisórias de domínios, currais, canais, e comportas para adução de água e casas de administração”, promovendo uma profunda mudança no uso do território, onde a “próspera atividade pesqueira” dá lugar à pecuária (Soffiati, 2004, p. 78). Neste cenário, Borges (2008) complementa que os pecuaristas também passaram a exercer controle sobre as águas dos canais, construindo barramentos clandestinos que reduziram ainda mais o volume de água, gerando conflitos com os pescadores.

As obras, que foram executadas sem qualquer consulta a (ou diálogo com) pescadores e moradores locais, e a falta de informações sobre o projeto fizeram com que os impactos decorrentes da intervenção só se tornassem perceptíveis anos após sua conclusão e só comesçassem a ser denunciadas somente na década de 1990 (Soffiati, 2001; Borges, 2008). Em 1993, a comunidade recorre ao Ibama, denunciando os impactos e pleiteando a necessidade de que as águas voltem a circular pelos antigos meandros do rio, alimentando a região da Lagoa Feia e beneficiando a pesca, tema que foi debatido novamente em 2008, em trabalho conduzido por Borges (2008, p. 63). Segundo a autora, os pescadores almejam a “revitalização do sistema através do retorno do rio Itabapoana ao seu leito original, abandonando o leito retelinizado”, além da abertura e desobstrução dos canais, permitindo a constante renovação das águas na Lagoa Feia e movimentação dos peixes³. A autora também registra que os pescadores relataram diálogos com os proprietários rurais a respeito do tema, obtendo apoio. Apesar disso, os proprietários rurais não participam efetivamente desse debate, pois temem que os custos da obra recaiam sobre eles.

No início dos anos 2000, Soffiati (2001) conversou com pescadores da localidade, que relataram os impactos no ecossistema e os conflitos com os pecuaristas. Quase 20 anos depois, Lima (2021, p. 45) ouviu de um pescador que as obras realizadas em Lagoa Feia foram boas apenas para os fazendeiros, que enriqueceram ao ganhar mais terras produtivas, enquanto para os pescadores artesanais “foi péssima, acabou, acabou, tudo o que existia de berçário de jacaré, capivara, peixe, a draga acabou. Fez fazendas. Essas fazendas que não existe documento, que era pantanal, hoje existe dono, na minha época existia não. Era da população, era rio...”. Na cartografia, os relatos mantiveram as mesmas percepções, com destaque para o fim das áreas de criadouros, que foram todas drenadas. Os relatos também relembram as pescarias de antigamente, como na fala de A. A. (64 anos): “Antigamente eu pescava 50 a 60 kg de curimatã”, e W. G., (65 anos): “O que chamava mais atenção no passado é que os pais da gente saíam para pescar na época e tinha muito peixe. Curimatã, piau, traíra e tudo quanto é peixe”.

Apesar do impacto das obras do DNOS na região dos alagados, o rio Itabapoana continuou sendo uma boa área de pesca até que, em 2007, começou a ser construída a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pedra do Garrafão, que entrou em operação em 2009.

³ Retomando a Figura 1, é possível constatar que a comunidade está às margens de um braço que deixou de receber as águas do Itabapoana.

Localizada a cerca de 40km a montante de Lagoa Feia, entre os municípios de Campos dos Goytacazes/RJ e Mimoso do Sul/ES, é a última hidrelétrica do rio Itabapoana, que possui outras quatro em operação (Souza Jr., 2021). Devido à proximidade com Lagoa Feia, a PCH Pedra do Garrafão é a mais mencionada, mas todas são consideradas nos relatos de que as barragens alteraram profundamente a vazão do rio e, conseqüentemente, a disponibilidade de pescado. A. P. afirma que “até o fechamento da hidrelétrica lá em cima caiu 80%, antes nois vinha com barco carregado todo dia, agora a gente tem que ficar procurando onde pescar”.

Dando continuidade aos relatos, N. G. relembra que “Você chegava no rio Itabapoana, você jogava uma tarrafa, você enchia uma caixa de peixe. Aí hoje você vai lá pega 23 peixinhos, porque na seca não tem cheia, a hidrelétrica não deixa o rio encher, só se *dé* muita trovoadas e muita chuva mesmo. Vamos pedir a Deus que dê bastante chuva, né? Se der chuva, tem fartura. Se não der, não tem o que pescar. A hidrelétrica não deixa porque o pouco de água que entra na hidrelétrica fica tudo pra hidrelétrica, não, não enche o rio”. Embora o funcionamento da PCH seja a fio d’água, ou seja, um tipo de usina hidrelétrica que gera energia aproveitando diretamente a vazão natural do rio, com pouca ou nenhuma capacidade de armazenamento de água, os relatos empíricos contradizem tal premissa. Na Vila de Pescadores de Limeira, localizada a cerca de 2 km da usina, os moradores afirmam que a usina fecha as comportas e que o rio fica seco durante várias horas, voltando a ter água quando eles abrem as comportas novamente.

O controle da vazão das águas do Itabapoana foi percebido nas falas de N. L. (58 anos), que lembrou uma história: “Tava eu e um primo meu lá em cima pescando, deixamos umas coisas aqui pra baixo e subimos, quando nós voltamos a água tinha subido e tava levando as caixas. Ai o rio fica doido. Não fica um rio normal”. Ele complementa afirmando que “o sujeito vai lá, tem peixe, bota a rede, no outro dia vai lá vê e só tem terra, como pega peixe na terra? Eles trancam a água do rio e ele seca. Tem dia que a gente vai e o rio tá cheio, no outro tá vazio”. A problemática também afetou a biodiversidade. “Antes da barragem, na época da cheia, quando vinha aqueles curimatãs enormes, escamas grossas, curimatã de quilo, cheias de ovas, hoje sumiu, há muitos anos que eu não sei o que é comer ova uma curimatã”, lamenta N. L.

A combinação dos impactos do desmatamento, da retificação do rio, da drenagem dos alagados e da construção de barragens no Itabapoana resultou no declínio da pesca em Lagoa Feia. Se no passado a captura de pescado constituía uma atividade central para a comunidade, atualmente a filetagem de pescado oriundo da aquicultura representa a

principal alternativa de geração de renda vinculada à atividade pesqueira. Nessa nova dinâmica, diversos frigoríficos foram construídos na localidade para atender à demanda, cuja atividade envolve um sistema que passa por frigoríficos, peixarias e pessoas que fazem a filetagem, sendo esta última desenvolvida majoritariamente pelas mulheres da comunidade (Hellebrandt, 2021; Lima, 2021). Conforme observado nas saídas de campo, a filetagem é feita de modo precário, nas varandas das casas, embaixo de árvores ou em barracas montadas às margens do rio (Figura 5).

Figura 5 – Filetagem de peixe em Lagoa Feia



Fonte: Acervo da ONG REDI (2024)

Segundo Hellebrandt (2021), que entrevistou diversas filetadoras em Lagoa Feia, como parte do projeto “Mulheres na Pesca”, as jornadas de trabalho duram cerca de 7 horas por dia, período todo trabalhado em pé e, por vezes, sem pausa para alimentação. As trabalhadoras recebem as caixas de pescado entre 6h e 6h30 e devem entregar os filés limpos até as 14h30. Cada caixa recebida tem cerca de 80 quilos de pescado que, depois de limpos, devem render 7 quilos de filés, gerando o pagamento de R\$ 8,00 por caixa. A autora observa que, mesmo sendo um trabalho exaustivo e mal remunerado, a atividade é uma das poucas fontes de renda da comunidade.

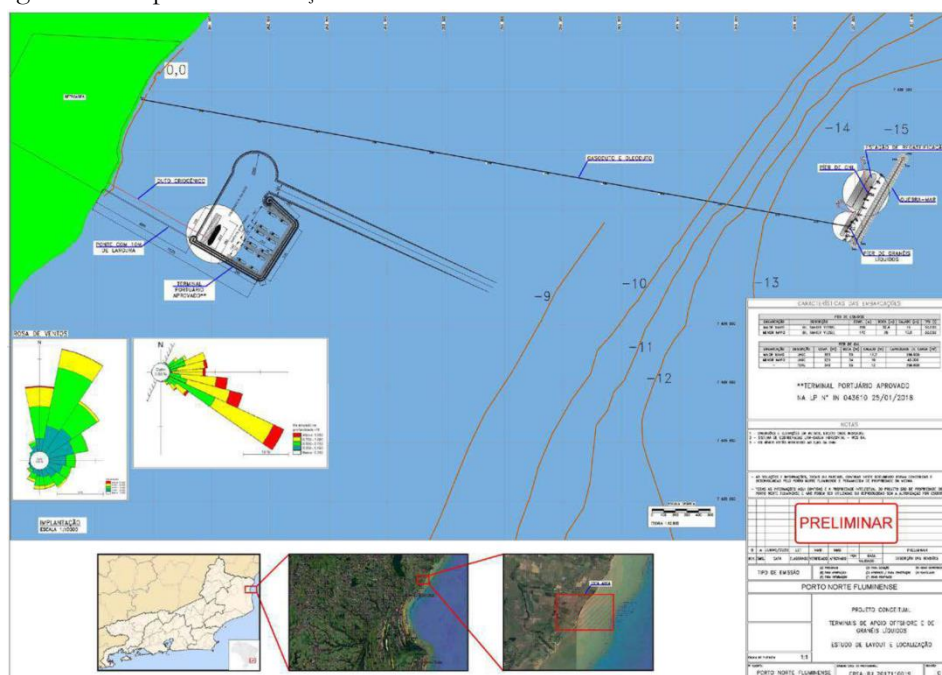
Além do pescado proveniente de outros municípios, esses frigoríficos também negociam com os pescadores locais, facilitando o trabalho de venda do pescado, que antigamente era feito diretamente pelos pescadores. Lima (2021) aponta que, segundo relatos, tratava-se de um trabalho árduo, que envolvia levar o pescado em um isopor ou cesto de bambu — de bicicleta, moto ou até mesmo a pé — até as localidades próximas, vendendo de porta em porta ou em pequenas peixarias. Apesar disso, a autora revela a insatisfação dos pescadores e filetadoras com os valores pagos por este serviço, afirmando que os “frigoríficos instalados na região agem como um cartel, estabelecendo um valor fixo

para as espécies e produtos, fazendo com que os pescadores não tenham margem para negociação dos valores” (Lima, 2021, p. 47).

Continuando no debate sobre os impactos, os pescadores alertaram sobre os riscos dos portos planejados para serem construídos na região: Porto Norte Fluminense, em São Francisco de Itabapoana (RJ), e Porto Central, em Presidente Kennedy (ES). Apesar de não ser uma comunidade localizada na região costeira, estando relativamente distante do local de instalação dos portos, os pescadores temem que a abertura dos canais possa causar salinização nos alagados, como será detalhado a seguir. Além disso, como já mencionado, parte dos pescadores também pratica a pesca marinha, que será fortemente impactada. Antes de abordar os possíveis impactos e conflitos, faremos uma breve apresentação dos empreendimentos.

Inicialmente chamado de Terminal Canaã, o Porto Norte Fluminense planeja se instalar em São Francisco de Itabapoana (Figura 6). Além do porto, e de toda a infraestrutura necessária para abrigar um complexo industrial, o empreendimento contará com um parque termelétrico composto por duas usinas e um conjunto de gasodutos, e um projeto de Gás Natural Comprimido (Squalo Ecologia, 2020; Jornal Terceira Via, 2020). Caso seja construído, o porto impactará diretamente a comunidade quilombola de Barrinha, além das comunidades de pescadores no entorno. Embora seus estudos ambientais estejam disponíveis para consulta, não existem muitas informações disponíveis sobre o empreendimento. Além disso, como sua localização está mais distante de Lagoa Feia, o porto não apareceu com frequência durante a oficina de cartografia.

Figura 6 – Mapa de localização do Porto Norte Fluminense



Fonte: Squalo Ecologia (2020)

Já o Porto Central, em estágio mais avançado de licenciamento, faz parte de um complexo industrial que, além de atender as atividades do petróleo e gás e da indústria *offshore*, também servirá aos setores agrícola e da mineração, movimentando cargas variadas, tais como veículos, produtos siderúrgicos, coque de petróleo para cimenteiras, soja e fertilizantes, carvão, GNL, rochas ornamentais, dentre outros. O empreendimento, que vai ocupar cerca de 2 mil hectares e que está sendo licenciado em cinco fases distintas (Figura 7), é planejado no modelo de “condomínio portuário”, no qual os empreendedores são responsáveis pela infraestrutura portuária, enquanto os clientes apenas arrendam a área necessária para a implantação de suas respectivas atividades (Porto Central, 2025a). Em 2025, iniciaram-se as obras da Fase 1, com a supressão vegetal de uma grande área de restinga e a extração de rocha que será utilizada na construção do quebra-mar sul (Porto Central, 2025b; 2025c).

Figura 7 – Fases de instalação do Porto Central



Fonte: Porto Central (2023a)

Embora tenha iniciado as primeiras obras apenas em 2025, o porto já atua no território desde 2006, quando era conhecido como Porto da Ferrous. Como investimento inicial, adquiriu terras de pequenos produtores (Reporter Brasil, 2020), que eram sinalizadas com grandes placas do empreendimento, algumas das quais permanecem até hoje no território. Segundo relatos de moradores, parte dos proprietários rurais que venderam suas terras nesse período tornaram-se defensores do porto, ajudando a vender uma imagem positiva do empreendimento. “Quando a Ferruos comprou a terra por um valor muito alto. Nós ficamos desconfiados desse dinheiro todo”, relata P. C. (87 anos). Na mesma direção, A. A. (61 anos), questiona “Alguns fazendeiros receberam dinheiro e estão defendendo o porto, mas não sei o que eles irão fazer depois”.

Nos muitos diálogos com moradores da região, foi possível perceber como a comunicação do empreendimento foi falha, já que todos afirmam não existir um comunicado oficial sobre o início do licenciamento do Porto. W. G. (65 anos) relatou que “soube primeiro da Ferros. Depois veio esse porto holandês. Nós soubemos no telefone em 2017, quando apareceu uma entrevista do prefeito de Presidente Kennedy com uma pessoa representante do porto. Aí eu abri a reportagem. Por isso que eu fiquei sabendo. Depois de um tempo que as pessoas começaram a comentar”. Em relato semelhante, A. A. (64 anos) afirma: “ficamos sabendo que a Ferros tinha comprado a terra para tirar minério dali para levar para Guarapari e Anchieta. Eu não sabia que iria ter navios. Achei que era só

para tirar o minério. As reuniões começaram em 2010. Depois que vieram com os mapas mostrando a construção de um porto para atracar navios e descobrimos que iria prejudicar os pescadores”.

Diante disso, os pescadores têm se manifestado contra a construção do empreendimento, visto que eles serão mais fortemente impactados, “principalmente em razão das áreas de exclusão da pesca marítima, da influência direta (ou indireta) nos pesqueiros da região, bem como na fauna marinha, e da proibição de circulação de pequenas embarcações, entre outras consequências” (Meira; Almeida, 2016, p. 66). Apesar disso, nos estudos ambientais do empreendimento, sugere-se que a interferência na pesca será de magnitude mediana e ocorrerá apenas na fase de instalação (Econservation, 2013), como pode ser observado no Quadro 1, retirado da lista de impactos ao meio socioeconômico do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Porto Central.

Quadro 1 - Conflito com a atividade pesqueira, segundo o Rima do Porto Central

Impacto	Fase	Descrição	Medidas Compensatórias
Conflito com a Atividade pesqueira	Instalação	As obras civis, bem como a montagem/ alojamento e canteiro de obras de dragagem e descarte em ambiente marinho, devem alterar as características marinhas da área do empreendimento.	Beneficiar diretamente os pescadores ao contemplar reivindicações, tais como: melhorias ou construção de infraestrutura das sedes, auxílios na organização de programas de cadastramento, documentação e auxílio legal, entre outros. Identificar e desenvolver, junto aos pescadores e suas famílias, alternativas vocacionais que lhes garantam trabalho e renda, com programas de auxílio e capacitação, como oficinas de artesanato para esposas de pescadores, programas de capacitação técnica para os filhos, cursos de beneficiamento de pescado; promover capacitação de pescadores e incentivar a aquicultura na região.

Fonte: Adaptado de Econservation (2013b)

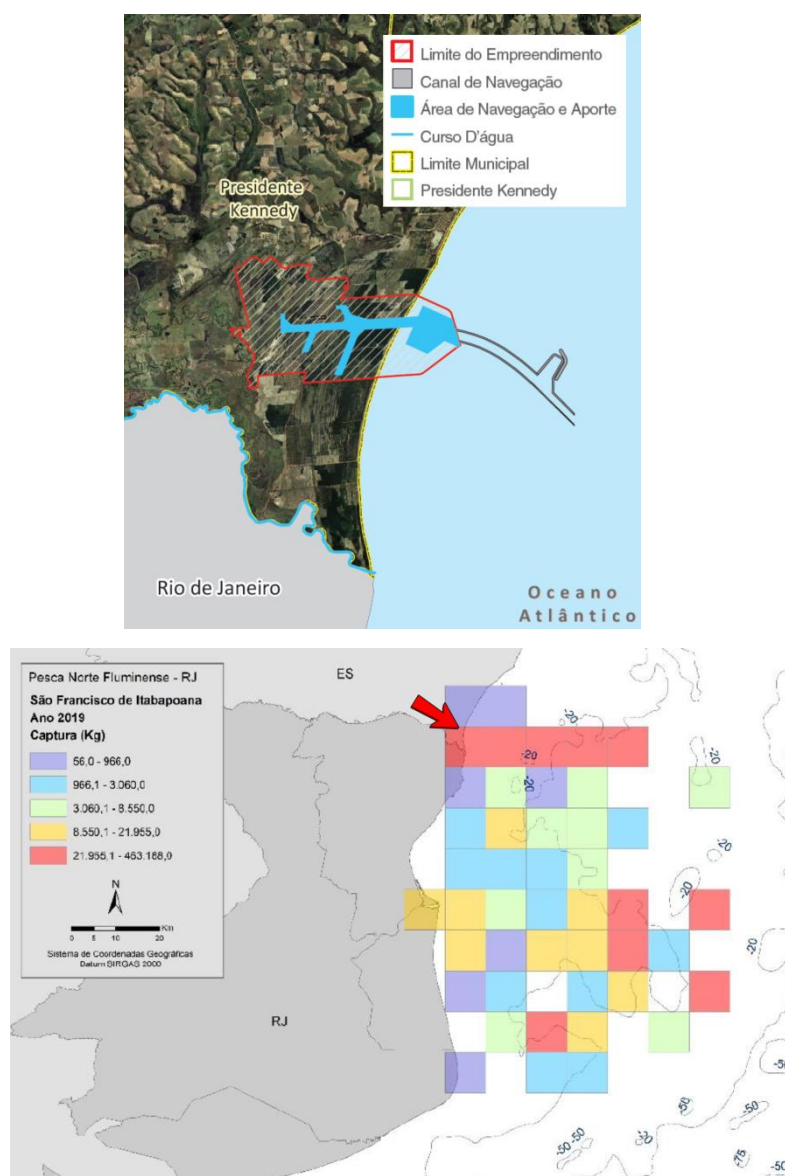
A relativização dos impactos e as promessas parecem não convencer os pescadores, que têm se posicionado firmemente contra o empreendimento, incluindo grande participação em reuniões e audiências, onde se manifestam de maneira incisiva. Nas diversas atividades acompanhadas pelos autores, foi possível observar proprietários rurais que, após as falas críticas dos pescadores, assumem o microfone para defender o porto, adotando um discurso desenvolvimentista característico desses projetos e acusando as pessoas contrárias ao porto de não apoiarem o progresso do município. “Eu soube do projeto do Porto pelos comentários na rua, pelo povo comentando por aí, falando sobre o

desenvolvimento do município e que ia facilitar muitas coisas, mas esqueceram de falar do pescador, né? Pescador que não tem estudo eles não comentam nada, né?”, critica A. P.

A camuflagem intencional dos impactos e a exclusão das comunidades dos estudos ambientais fazem com que sejam apresentadas medidas compensatórias que não correspondem aos anseios dos pescadores. Afirmar que os impactos na pesca serão medianos e só ocorrerão na fase de instalação é absurdo e desconsidera todo o conhecimento acumulado pelos pescadores. Em entrevista para o Jornal A Tribuna (2019), o presidente da Colônia Z-14, em Presidente Kennedy (ES), enfatiza que os pescadores têm a “consciência de que algumas áreas de pesca serão extintas” e que as embarcações serão proibidas de navegar nas áreas próximas ao porto. Em outra reportagem, um pescador alerta: “Esse porto que tanto prometem será o fim do peixe. O fim da pesca. Como vamos trabalhar com aquele monte de rebocador, petroleiro e cargueiro?”, enquanto outro complementa “Com o porto, a primeira coisa que vão fazer é proibir nossos barquinhos” (Repórter Brasil, 2020). Na cartografia, A. A. (61 anos) questiona: “Nós vamos pescar aonde? No morro?”.

Quando analisamos a localização do porto, confrontada com a distribuição de captura do pescado em São Francisco de Itabapoana (Figura 8), fica clara a interferência que o porto e a movimentação de grandes navios causarão na pesca artesanal (ver seta vermelha inserida pelos autores para indicar a localização do Porto Central). Segundo estimativas do Porto, espera-se um “fluxo de aproximadamente 3.200 navios podendo atingir até 4.500 navios por ano, de variados portes, desde embarcações menores até grandes navios cargueiros de transporte de minério, óleo e gás” (Econservation, 2013b, p. 9).

Figura 8 – Localização do Porto Central e distribuição da captura de pescado (kg) em São Francisco de Itabapoana



Fonte: Adaptado de Econservation (2013b) e Fiperj (2020)

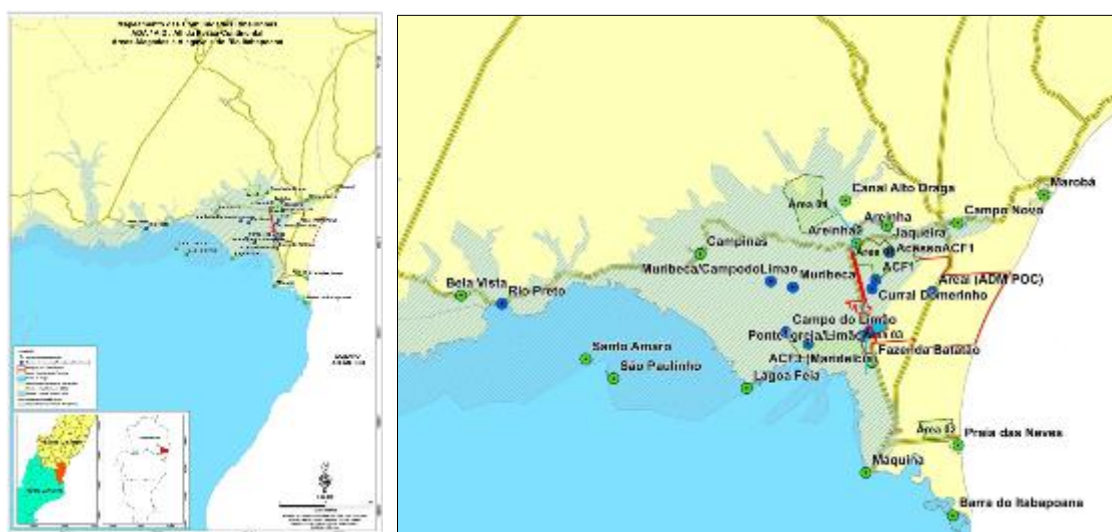
Outras medidas compensatórias também são questionáveis, como a realização de “oficinas de artesanato para esposas de pescadores”, visto que as mulheres da região desempenham papel ativo no ofício, atuando em todas as etapas, desde a pesca até a filetagem e venda, conforme observado por Hellebrandt (2021) e verificado nos trabalhos de campo e oficina de cartografia. Da mesma forma, é complexo pensar em “alternativas vocacionais que lhes garantam trabalho e renda”, pois é consenso que os pescadores não querem abandonar sua profissão, como relatado por P. C.: “Anos depois eu fui ao Rio fazer um curso da Petrobras para trabalhar embarcado como cozinheiro. Eu desisti desse

emprego e voltei a pescar”. No mesmo sentido, N. L. (58 anos), afirma que “eles dizem que vão trazer curso pra empregar o pescador. Quando a mulher falou isso na reunião eu disse que ela podia trazer logo o curso e me dar a prova porque eu não tinha tempo de fazer. Cara precisa trabalhar duro pra sustentar a família e vai fazer curso”.

Se, inicialmente, os pescadores costeiros assumiram as mobilizações contra o porto, esse posicionamento foi logo acompanhado pelos pescadores de Lagoa Feia e outras localidades ribeirinhas, tendo em vista sua exclusão dos estudos ambientais e as restrições impostas tanto no rio quanto no mar. W. G. (65 anos) relata que, ao participar de uma audiência, verificou que a pesca ribeirinha não foi mencionada: “Nós tocamos no assunto de que quando o porto fosse construído ele vai atingir a nossa pesca de Lagoa Feia. A mulher disse que não conhecia a Lagoa Feia e nenhum ribeirinho. O Ibama só fez pesquisa com os pescadores marítimos. Eles não conheciam a comunidade de Lagoa Feia, e aqui todo mundo vive da pesca”.

Após muitas reivindicações, os pescadores mobilizaram o Ibama, que exigiu que o porto realizasse estudos direcionados para as comunidades ribeirinhas. Em abril de 2023, ocorreu o evento de lançamento da caracterização da pesca e das atividades pesqueiras ribeirinhas das Colônias Z01 e Z14, na área de influência do Porto Central, realizado no distrito de Jaqueira, Presidente Kennedy (ES). Na ocasião, foi divulgado um mapeamento realizado como parte desse levantamento, que mostra a localização do porto, dos alagados e das principais comunidades na área de influência do empreendimento (Figura 9).

Figura 9 – Mapa de comunidades ribeirinhas na foz do rio Itabapoana



Fonte: Porto Central (2023b)

A análise do mapa nos permite visualizar um dos relatos mais frequentes dos pescadores de Lagoa Feia: o medo da salinização dos alagados, situação que poderia acontecer devido à proximidade do canal de navegação do porto com o aquífero que alimenta a região dos alagados do Itabapoana. A estrutura é assim descrita no Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento

A partir da linha de costa será aberto um canal de navegação na direção oeste, perpendicular à linha de costa, com comprimento de cerca 4.500 m, com largura de 360 m e profundidade de 16,0 m até a sua primeira bacia de evolução de 500 m de diâmetro. Ao longo deste canal principal, serão criados quatro canais secundários. O primeiro canal sul terá profundidade de 16,0 m, comprimento de cerca de 1.500 m e 270 m largura. A partir dessa bacia, o canal principal terá profundidade de 10,0 m e, assim, como em todos os outros canais, com comprimentos e larguras variados para atender às diversas áreas industriais do complexo portuário. Haverá mais duas bacias de evolução de 270 m, uma aproximadamente na segunda metade do comprimento do canal principal e uma ao final do mesmo (Econservation, 2013a, p. 121)

O estudo menciona, ainda, que o material dragado na abertura dos canais será utilizado “nos aterros na própria área de implantação das estruturas do Porto”, especificamente nas “áreas contíguas a Igreja, áreas de posse do empreendedor adjacentes ao Porto, em taludes na área férrea e nos Condôminos e no final do canal onshore”. Com isso, “os recursos hídricos subterrâneos sofrerão interferências da cunha salina no terreno do empreendimento, devido a execução dos canais artificiais no continente com a entrada da água salgada” (Econservation, 2013a, p. 1661 e 1662). Curiosamente, essa informação não consta de maneira explícita no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) que, em tese, é o documento mais acessível à população. Nele, são mencionadas apenas “Alterações dos recursos hídricos superficiais e alteração da qualidade dos recursos hídricos subterrâneos” (Econservation, 2013b, p. 78). A cerca de 60 km do Porto Central, situação semelhante ocorreu após a construção do Porto do Açu, localizado em São João da Barra (RJ). A salinização da água doce e subterrânea foi causada pelo uso das areias dragadas na área oceânica para a construção do aterro hidráulico, impacto que foi previsto no Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento. Em decorrência deste impacto, os pequenos agricultores da região foram fortemente atingidos, gerando prejuízos financeiros e impactos sobre a saúde (Paes *et al.*, 2018; Vilani *et al.*, 2021).

Na cartografia, os participantes demonstraram conhecer a situação do Porto do Açu e temem que esse impacto se torne realidade nos alagados do Itabapoana. D. C. (56

anos) afirma conhecer uma família de São João da Barra que veio morar na região. Segundo ela, a família falou que “o gado morreu, a plantação de aipim não sai e o abacaxi acabou todo. Tudo salgado”. A. V. menciona “Por enquanto o Porto ainda não atrapalhou nada, mas daqui um tempo vai atrapalhar. Todo mundo vai ser afetado, capaz até a água do nosso poço deve ser afetado, se vai vir contaminando por baixo com o sal, nois tamo preocupado com isso aí, já pensou a gente com essa água boa aqui do poço ser salgada?”. A. A. complementa que “a salinização da água doce vai ser pior do que quando os nossos peixes morreram em Barra do Itabapoana por causa da hidrelétrica”.

Outros impactos também foram mencionados, como a poluição das termelétricas e a violência, que tende a aumentar com a chegada de um grande volume de trabalhadores na região. A. A. (61 anos) lamenta: “se esse porto entrar aqui, ele vai trazer muito impacto. Vai trazer ladrão, maconheiro e estuprador. Nós temos que pensar nos mais novos”. Além disso, também comentam sobre o medo de não serem indenizados, como se nota na fala de N. G. (45 anos): “Eles falam que nós não vamos ter direito a nada. A indenização, a nada. Se acabar o pesqueiro, como que a gente vai viver?”.

Quando questionados sobre o futuro, as respostas transitam entre as incertezas e o medo. “Nois, como pescador, estamos esperando só o que eles falarem pra gente, a gente tá só esperando o que pode acontecer amanhã”, reflete A. P (70 anos).

Nesse cenário de conflito, os pescadores encontram-se desamparados pelo Poder Público, que demonstra apoiar prioritariamente os empreendimentos em questão. Diante disso, as comunidades recorrem a outras instâncias de apoio, como o Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte e a ONG REDI. O Pescarte constitui uma medida de mitigação determinada pelo licenciamento ambiental federal, coordenada pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), sob condução do Ibama e com financiamento da Petrobras. O projeto atua junto a comunidades de pesca artesanal em dez municípios, incluindo São Francisco de Itabapoana, desenvolvendo processos educativos voltados ao fortalecimento da organização comunitária, à qualificação profissional e ao engajamento na construção participativa e implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda (Pescarte, 2025). Na cartografia, os pescadores demonstraram confiar no trabalho do projeto, que consideram como um dos poucos aliados da comunidade. Outros PEAs, como o Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC) e o Observação, também atuam no território e promovem debates críticos à chegada dos portos à região.

A REDI, uma organização da sociedade civil (OSC) que atua na região hidrográfica do rio Itabapoana, vem acompanhando, mobilizando e apoiando a luta das comunidades de pescadores nessa região, aparecendo como outra forte aliada da luta. Abaixo, é possível observar duas imagens de mobilizações contra o Porto Central que contaram com o apoio da REDI (Figura 10), sendo a primeira realizada em uma reunião temática sobre a pesca, ocorrida em julho de 2023, na comunidade de Jaqueira (ver faixa ao fundo, com a mensagem “Itabapoana Livre, Fora PCHs, Fora Porto Central”), e a segunda realizada durante a celebração da Festa das Neves, em agosto de 2023, ambas em Presidente Kennedy (ES). Além da REDI, as comunidades se articulam com a ONG Fase, por meio da “Campanha nem um poço a mais”.

Figura 10 – Manifestações contra o Porto Central



Fonte: Acervo da ONG REDI (2023)

Embora não tenham aparecido nos debates realizados durante a oficina da cartografia, cabe destacar que existem outros dois projetos que poderão trazer ainda mais impactos e conflitos para a região: a Ferrovia Vitória-Rio (EF-118) e os parques eólicos offshore Aracatu I e Aracatu II. A ferrovia, anunciada pelo governo federal em 2015, terá cerca de 572 quilômetros de extensão e investimento estimado em R\$ 7,8 bilhões. A obra planeja ligar a Grande Vitória à cidade do Rio de Janeiro, conectando os portos de Ubu e Açú (G1, 2015), sendo considerada um elemento fundamental para “destravar importantes investimentos portuários no Sul do Estado, como o Porto Central, em Presidente Kennedy” (CBN VITÓRIA, 2021). O projeto é de responsabilidade da mineradora Vale e será feito como parte da contrapartida pela renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro que liga Vitória a Minas Gerais (A Gazeta, 2022).

Já o projeto dos parques eólicos *offshore* Aracatu I e Aracatu II, localizados entre São Francisco de Itabapoana (RJ) e Presidente Kennedy (ES), é resultado de um acordo de

cooperação entre a Petrobras e a Equinor. Segundo o projeto, serão instalados 320 aerogeradores, cada um com capacidade nominal de 12 MW, totalizando 4 GB, sendo 2 GB para cada parque. A estrutura será instalada a cerca de 20 km da costa, em profundidades entre 15 e 35 metros, e contará com duas subestações de conversão e escoamento da energia, sendo uma *offshore* e outra em terra, que fará a conexão com a rede interligada de transmissão (Equinor, 2023; Petrobras, 2024).

As diferentes intervenções realizadas ao longo do tempo no rio Itabapoana — desde as obras do DNOS até os projetos mais recentes ligados à energia e à logística portuária — transformaram de maneira significativa tanto o ambiente natural quanto as formas de uso do território. Essas ações alteraram áreas de pesca, drenaram alagados e comprometeram ecossistemas associados ao rio, afetando diretamente a reprodução social e cultural das comunidades pesqueiras. Mais do que mensurar impactos individuais, trata-se de compreender pressões sobrepostas que se acumulam no tempo e no espaço, amplificando a vulnerabilidade socioambiental das comunidades pesqueiras.

A sobreposição desses empreendimentos permite compreender os conflitos a partir da perspectiva dos impactos cumulativos, frequentemente negligenciada nos processos de licenciamento ambiental (Sánchez, 2023). Assim, o caso do Itabapoana revela a insuficiência dos tradicionais instrumentos de avaliação de impacto em capturar a complexidade dos processos socioambientais que atingem os territórios tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões construídas neste trabalho reforçam que os conflitos em torno da pesca artesanal nos alagados e na foz do rio Itabapoana não podem ser compreendidos apenas como disputas locais. Eles revelam um processo mais amplo de invisibilização de modos de vida tradicionais frente a intervenções estatais e projetos privados desenvolvimentistas e neoextrativistas, como a geração de energia e a expansão portuária. A lógica que orienta essas intervenções considera o território apenas como recurso econômico a ser explorado, desconsiderando sua dimensão cultural, simbólica e social. A cartografia social, ao registrar as memórias, percepções e práticas das comunidades, evidencia justamente essa contradição: o mesmo espaço que o Estado e os empreendedores veem como “vazio” ou “atrasado” é, na realidade, densamente ocupado por significados, saberes e relações de pertencimento. Ao viabilizar esses elementos, a metodologia expõe a

assimetria de poder nos processos decisórios e denuncia a exclusão histórica dos pescadores nos debates sobre os rumos do território.

À luz dos resultados apresentados, torna-se evidente que os conflitos socioambientais na foz do rio Itabapoana não se encerram no diagnóstico dos impactos já em curso, mas projetam cenários futuros marcados por riscos crescentes, sobretudo diante da sobreposição de empreendimentos portuários, energéticos e logísticos. A continuidade desse modelo tende a aprofundar processos como a salinização de mananciais, a degradação dos ecossistemas aquáticos, a restrição de áreas de pesca e a precarização dos meios de subsistência, ampliando a vulnerabilidade social e simbólica das comunidades pesqueiras. Nesse contexto, a pesquisa-intervenção e a cartografia social assumem papel central não apenas como instrumentos metodológicos e analíticos, mas como discursos políticos que fortalecem a leitura crítica dos impactos, produzem contranarrativas aos estudos oficiais e subsidiam a atuação das comunidades em espaços institucionais de decisão. A entrega da versão impressa da cartografia aos pescadores constitui, igualmente, uma conquista do projeto, na medida em que, após um histórico de exclusão dos estudos ambientais e dos processos decisórios, as comunidades puderam se reconhecer em um material que registra, legitima e valoriza suas vivências, saberes e práticas no território.

Os efeitos da pesquisa manifestam-se, assim, na ampliação da consciência territorial, na identificação coletiva de riscos e ameaças e no fortalecimento da capacidade de incidência das comunidades frente aos agentes promotores dos empreendimentos. Ao assumir seu caráter exploratório e comprometido com a denúncia das injustiças ambientais, o estudo contribui para evidenciar que a mitigação dos conflitos não depende da adaptação das comunidades a processos exógenos, mas do reconhecimento de seus territórios, saberes e direitos como elementos centrais para a construção de alternativas de futuro social e ambientalmente justas.

Outro ponto central é a sobreposição de empreendimentos e seus efeitos cumulativos. A retificação, as pequenas centrais hidrelétricas e os complexos portuários não atuam isoladamente, mas somam impactos sobre os ecossistemas aquáticos e costeiros, reduzindo a disponibilidade de pescado, comprometendo os alagados e precarizando as condições de reprodução social das comunidades. O resultado é um quadro de injustiça ambiental crescente, no qual famílias inteiras dependem cada vez mais de políticas compensatórias e assistenciais para sobreviver.

Por fim, a resistência das comunidades expressa em práticas como a própria cartografia social, na mobilização comunitária e em parcerias com organizações da sociedade civil reafirma a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento impostos à região. Mais do que medidas mitigadoras, trata-se de garantir efetivamente a participação social e a valorização da pesca artesanal como patrimônio cultural e como atividade que contribui para a sustentabilidade ambiental, dado seu caráter tradicional e não predatório. Assim, o caso do Itabapoana evidencia a importância de incorporar perspectivas territoriais e comunitárias na formulação de políticas públicas, principalmente no âmbito do licenciamento ambiental, evitando que o futuro da região seja decidido sem a participação de seus próprios habitantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- A GAZETA. (2022). *Projeto de ferrovia até Anchieta deve ser entregue pela Vale até o fim do mês*. Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/economia/projeto-de-ferrovia-ate-anchieta-deve-ser-entregue-pela-vale-ate-o-fim-do-mes-0222> Acesso em 22 ago. 2025.
- A TRIBUNA. (2019). *Pescadores preocupados com futuro*. A Tribuna, Vitória.
- ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo. (2013). Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, H. (org.) *Cartografia Social, terra e território*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.
- ALMEIDA, Alfredo W. B.; MARIN, Rosa A. (2009). *Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: pescadores e pescadoras artesanais do Rio São Francisco*. Brejo Grande, AL: Casa 8 Design; UEA Edições. Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/pescadores-e-pescadoras-artesanais-rio-sao-francisco/> Acesso em 23 ago. 2025.
- BORGES, Eponine W. B. (2008). *Lagoa Feia do Itabapoana: Identificação das alternativas de intervenção em um trecho do baixo curso do rio Itabapoana (RJ e ES) e análise do seu potencial conflitivo*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). CEFET - Campos dos Goytacazes/RJ. Disponível em <https://portal1.iff.edu.br/o-iffuminense/pesquisa/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-em-engenharia-ambiental/dissertacoes-de-mestrado/2008/lagoa-feia-do-itabapona-identificacao-das-alternativas-de-intervencao-em-um-trecho-do-baixo-curso-do-rio-itabapoana-rj-e-es-e-analise-do-seu-potencial-conflitivo> Acesso em 06 ago. 2025.
- CPP. (2025). *Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: Relatório 2024*. Olinda/PE: Conselho Pastoral dos Pescadores. Disponível em https://www.cppnacional.org.br/sites/default/files/publicacoes/3%C2%BA%20Relat%C3%B3rio%20de%20Conflitos-%202024_0.pdf Acesso em 08 ago. 2025.
- CBN VITÓRIA. (2021). *Nova ferrovia vai destravar investimentos portuários no Sul do Espírito Santo*. Vitória: CBN. Disponível em <https://revistaferroviaria.com.br/2021/05/nova-ferrovia-vai-destravar-investimentos-portuarios-no-sul-do-espírito-santo/> Acesso em 22

ago. 2025.

ECONSERVATION. (2013b). *Relatório de Impacto Ambiental do Porto Central, Presidente Kennedy/ES*. TPK Logística e Econservation Estudos e Projetos Ambientais. Disponível em <https://ibamagovbr.sharepoint.com/sites/EstudosAmbientais/Documentos%20Compartilhados/Forms/AllItems.aspx?id=%2Fsites%2FEstudosAmbientais%2FDocumentos%20Compartilhados%2FLicenciamento%2FPorto%2FPorto%20Central&viewid=31a7340a%2D614e%2D461e%2D922e%2D6875b27185de&p=true&ga=1> Acesso em 22 ago. 2025.

EQUINOR. (2023). *Petrobras e Equinor firmam acordo para avaliar sete projetos eólicos offshore no Brasil*. Rio de Janeiro: Equinor. Disponível em <https://www.equinor.com.br/noticias/20230306-petrobras-equinor-projetos-eolicos-offshore> Acesso em 22 ago. 2025.

FÉLIX-SILVA, Antônio; OLIVEIRA, Mayla; BEZERRA, Laís. (2020). Cartografia da luta e resistência de uma comunidade de pesca artesanal. *Saúde em Debate*, v. 44, n. spe2, p. 303–315. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E221> Acesso em 12 ago. 2025.

FIOCRUZ. (2025). *Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*. Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (Neepees)/Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Disponível em <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/> Acesso em 22 ago. 2025.

FIPERJ (2020). *Relatório Técnico de Caracterização Socioeconômica, Estrutural e da Produção da Atividade Pesqueira do Norte Fluminense*. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em https://dadosabertos.rj.gov.br/pt_BR/dataset/relatorios-tecnico-final-do-pmap-norte-fluminense Acesso em 22 ago. 2025.

FIPERJ. (2023). *Análise da Vulnerabilidade das Localidades Pesqueiras Costeiras do Estado do Rio de Janeiro*. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em: https://dadosabertos.rj.gov.br/pt_BR/dataset/analise-de-vulnerabilidade-das-localidades-pesqueiras-costeiras-do-estado-do-rio-de-janeiro. Acesso em 22 ago. 2025.

INCAPER (2020). *Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - PROATER 2020-2023*. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/proater>. Acesso em 22 ago. 2025

JORNAL TERCEIRA VIA. (2020). *Gigantes da energia assinam acordo com Porto Norte Fluminense em São Francisco*. 2020. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2020/09/15/coluna-do-balbi-gigantes-da-energia-assinam-acordo-com-porto-norte-fluminense-em-sao-francisco/> Acesso em 22 ago. 2025.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. (2013). *Cartografar é traçar um plano comum*. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 25, n. 2, p. 263–280. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200004> Acesso em 12 ago. 2025.

G1. (2015). *Governo federal anuncia construção da Ferrovia Vitória-Rio*. Disponível em <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/06/governo-federal-anuncia-construcao-da-ferrovia-vitoria-rio.html> Acesso em 21 abr. 2023.

HELLEBRANDT, Luceni. (2021). *“Nesse rio não tem peixe mais, aí a gente corta peixe”:* conflitos socioambientais e trabalho precário para mulheres de Lagoa Feia do

Itabapoana/RJ. IN: Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis/SC. Disponível em

https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1611776070_ARQUIVO_b7aaba8f7ef928bff797b92a6d76847e.pdf Acesso em 07 ago. 2025.

INSTITUTO CAMPECHE. (2021). *Cartografia Social do Território Tradicional da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche*. Instituto Campeche/Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche. Florianópolis/SC. Disponível em <https://www.ifsc.edu.br/documents/30681/2106355/Livreto+CARTOGRAFIA+SOCIAL+%281%29.pdf/6f29258f-72a3-440a-b534-af9d97a53735> Acesso em 23 ago. 2025.

LIMA, Polianna M. (2021). A Pesca artesanal na Lagoa Feia do Itabapoana (RJ): Percepções sobre impactos ambientais em uma atividade extrativista tradicional. *Revista Discente Planície Científica*, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 3, n. 1, p. 28-51. Disponível em <https://periodicos.uff.br/planiciecientifica/article/view/51224> Acesso em 06 ago. 2025.

MEIRA, A. C. H.; ALMEIDA, J. (2016). *Mar de quem? Crítica, sentimentos de (in)justiça e justificações em um conflito ambiental: empreendimentos portuários vs. pesca artesanal no litoral sul do Espírito Santo, Brasil*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 39, p. 59–76. Disponível em <https://doi.org/10.5380/dma.v39i0.46570> Acesso em 21 ago. 2025.

MPA. (2023). *Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres*. Brasília: Ministério de Pesca e Aquicultura. Disponível em <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres> Acesso em 08 ago. 2025.

MPA. (2024). *Pesca no Brasil*. Brasília: Ministério de Pesca e Aquicultura. Disponível em <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/pesca-no-brasil> Acesso em 08 ago. 2025.

OCEANA. *Auditoria da pesca: Brasil 2023*. 4. ed. Brasília, DF: Oceana Brasil, 2024. Disponível em: https://brasil.oceana.org/wp-content/uploads/sites/23/2024/08/auditoria-pesca-23_v21-WEB.pdf. Acesso em 22 ago. 2024.

ONG REDI. (2024a). *Documentário ‘Antes que o Porto venha’*. ONG REDI/Oilwatch/Greengrants Fund. Disponível em <https://www.reditabapoana.org/antes-que-o-porto-venha> Acesso em 06 ago. 2025.

ONG REDI. (2024b). *Cartografia Social da Pesca Artesanal nos Alagados do Rio Itabapoana*. ONG REDI/Fundo Casa Socioambiental, Bom Jesus do Itabapoana/RJ. Disponível em <https://www.reditabapoana.org/about-6> Acesso em 06 ago. 2025. ISBN 978-65-984836-1-6.

OTSS. (2023). *Projeto Povos: território, identidade e tradição. Territórios caiçaras do sul de Paraty*. Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina/Fórum de Comunidades Tradicionais/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/713459184/2023-OTSS-Projeto-Povos-Territorio-Identidade-e-Tradicao-Territorios-Caicaras> Acesso em 22 ago. 2025.

PAES, Raquel S.; MOREIRA, Sérgio. C.; ZAPPES, Camilah. A. (2018). *Conhecimento tradicional e o impacto da salinização em comunidades agrícolas no norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 49, p. 167-182. Disponível em <https://doi.org/10.5380/dma.v49i0.54278> Acesso em 22 ago. 2025.

- PESCARTE. (2025). *Conheça o PEA Pescarte: Empoderando Pescadores Artesanais na Bacia de Campos*. Disponível em <https://pescarte.org.br/sobre> Acesso em 22 ago. 2025.
- PETROBRAS. (2024). *Petrobras e Equinor firmam acordo para avaliar sete projetos de eólica offshore no Brasil*. Disponível em: <https://agencia.petrobras.com.br/w/petrobras-e-equinor-firmam-acordo-para-avaliar-sete-projetos-de-eolica-offshore-no-brasil-1> Acesso em 22 ago. 2025.
- POCAHY, Fernando; SILVA, Ana Lúcia; DOURADO, Emanuela. (2020). *A Cartografia Como Pesquisa-In(Ter)venção Do/No Presente: modos de/para pensar-fazer a formação docente*. Revista Ciências Humanas, v. 13, n. 1. Disponível em <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/622> Acesso em 23 ago. 2025.
- PORTO CENTRAL. (2023a). *Fases de instalação do Porto Central*. Disponível em <https://kennedyemdia.com.br/noticia/51401/mais-de-500-pessoas-participam-da-reuniao-publica-sobre-fase-1-do-porto-central> Acesso em 23 ago. 2025.
- PORTO CENTRAL. (2023b). *Mapeamento das Comunidades Ribeirinhas ADA/AID/All da Pesca Continental, Áreas Alagadas e Alagáveis do rio Itabapoana*. Disponível em <https://materiaprimacomunica.com.br/kennedy-porto-central-anuncia-inicio-da-caracterizacao-da-pesca-ribeirinha-na-area-de-influencia-direta/> Acesso em 23 ago. 2025.
- PORTO CENTRAL. (2025a). *O Porto*. Disponível em <https://www.portocentral.com.br/o-porto/> Acesso em 23 ago. 2025.
- PORTO CENTRAL. (2025b). *Porto Central avança na Fase 1*. Disponível em <https://www.portocentral.com.br/porto-central-avanca-na-fase-1/> Acesso em 23 ago. 2025.
- PORTO CENTRAL. (2025c). *Obras seguem na pedreira do porto que fornecerá as rochas para quebra-mar*. Disponível em <https://www.portocentral.com.br/obras-seguem-na-pedreira-do-porto-que-fornecera-as-rochas-para-quebra-mar/> Acesso em 23 ago. 2025.
- REPORTER BRASIL. (2020). *O fim da praia: megaporto e termoeletricas com sócio estrangeiro ameaçam ribeirinhos e quilombolas no ES*. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/o-fim-da-praia-megaporto-e-termoeletricas-com-socio-estrangeiro-ameacam-ribeirinhos-e-quilombolas-no-es/> Acesso em 22 ago. 2025.
- SOFFIATI, Arthur. (2004). *A Lagoa Feia do Itabapoana e seus Conflitos Sociais*. IN: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FASE.
- SOFFIATI, Arthur. (2018). *Noroeste Fluminense: registros de um eco-historiador militante*. Rio de Janeiro: Autografia.
- SILVA, Anderson F. (2025). *“Acabou a água, acabou o peixe”: Estudo dos efeitos das Pequenas Centrais Hidrelétricas no Sistema Socioecológico pesqueiro do rio Itabapoana*. Tese (Doutorado em Sociologia Política) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/teses/doutorado/2025d/> Acesso em 16 ago. 2025.
- SOUTO, Raquel D. (2021). *Algumas Técnicas de Mapeamento Participativo ou Colaborativo*. IN: *Mapeamentos Participativo e Cartografia Social: Aspectos Conceituais e Trajetórias de Pesquisa*. SOUTO, R.; Menezes, P.; FERNANDES, M. (org). Instituto Virtual

para o Desenvolvimento Sustentável – IVIDES: Rio de Janeiro. Disponível em <https://sites.google.com/view/workshopmpcs2021/livro/download> Acesso em 06 ago. 2025.

SOUZA JR, Ednilson G. (2021). *O Grande Negócio das Pequenas Hidrelétricas: Quem controla as PCHs no Brasil?* Tese (Doutorado em Políticas Sociais) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ. Disponível em <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2022/10/EDNILSON-GOMES-DE-SOUZA-JUNIOR.pdf> Acesso em 06 ago. 2025.

SQUALO ECOLOGIA. (2020). *Relatório de Impacto Ambiental do Porto Norte Fluminense e do Parque Termoeletrico a gás natural em São Francisco de Itabapoana/RJ*. Disponível em https://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/RIMA_compressed.pdf Acesso em 23 ago. 2025.

VALLADARES, Licia. (2007). *Os dez mandamentos da observação participante*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 63, p. 153–155. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012> Acesso em 23 ago. 2025.

VILANI, Rodrigo. M.; CRUZ, José. Luiz. V. da; PEDLOWSKI, Marcos. A. (2021). *O sal do porto: conflitos ambientais no Porto do Açú, Rio de Janeiro, Brasil*. Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. 24, p. 1-21. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200190r1vu2021L5AO> Acesso em 23 ago. 2025.

ZAPELINE, M. B. (2015). Accountability na Gestão dos Recursos Hídricos: o Comitê Itajaí como instrumento de sua Ampliação. *Revista interdisciplinar de gestão social, Salvador*, v. 4, p. 75-95. Disponível em <https://doi.org/10.9771/23172428rigs.v4i1.9297>. Acesso em 09 dez. 2025.

Ednilson Gomes de Souza Jr.

Gestor Ambiental, doutor em Políticas Sociais, diretor Científico da ONG REDI.

Anderson Fontes da Silva

Assistente Social, doutor em Sociologia Política, diretor do Conselho de Educação Ambiental Crítica da ONG REDI.

Lorrana Lopes Diniz

Bióloga, doutoranda em Ecologia e Recursos Naturais, primeira tesoureira da ONG REDI.

Isabella Pacheco Narde

Bióloga, coordenadora da ONG REDI.

Antônio Paulo Pimentel da França

Historiador, especialista em História do Brasil, primeiro secretário e diretor de Estratégias da ONG REDI.

Carlos Antônio Araújo de Freitas

Biólogo, mestre em Ciências Florestais, segundo tesoureiro da ONG REDI.